

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO
2º SEMESTRE DE 2017

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO
E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2919/OC-BR

Fevereiro de 2018

ÍNDICE

I. Informações Básicas	3
DADOS BÁSICOS	3
II. Introdução	4
III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica	5
a. <u>Descrição da Cooperação Técnica</u>	5
i. <u>Objetivos de Desenvolvimento</u>	5
ii. <u>Componentes</u>	5
IV. Resultados	7
a. <u>Efeitos Diretos</u>	7
b. <u>Externalidades</u>	8
c. <u>Produtos</u>	9
d. <u>Custos do Projeto</u>	13
V. Implementação do Programa	15
VI. Sustentabilidade	15
a. <u>Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas</u>	15
b. <u>Riscos Potenciais</u>	15
VII. Lições Aprendidas	16
VIII. Cumprimento das Cláusulas Contratuais	17
IX. Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)	18

I. Informações Básicas

DADOS BÁSICOS (Montantes em US\$)

Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223

Título: Programa de Fortalecimento da Prevenção da Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE

Mutuário: República Federativa do Brasil

Agência Executora (AE): Controladoria-Geral da União

Empréstimo de Cooperação Técnica: 2919-OC-BR

Setor: Reforma / Modernização do Estado-Reforma e Setor Público e Apoio

Data de Aprovação pelo Diretório: 05/03/2013

Data de Assinatura do Contrato: 17/12/2013

Data de Elegibilidade do 1º Desembolso: 01/04/2014

Data Original do Último Desembolso: 17/12/2018

Meses em Execução:

- Desde a assinatura do contrato: 48 (quarenta e oito) meses
- Desde a efetividade: 46 (quarenta e seis) meses
- Desde a elegibilidade: 45 (quarenta e cinco) meses

Períodos de Desembolso:

- 1º desembolso: 8/7/2014 (desembolso nº 001)
- 2º desembolso: 18/12/2015 (desembolso nº 003)
- 3º desembolso: 28/07/2016 (desembolso nº 006)
- 4º desembolso: 17/01/2017 (desembolso nº 008)
- 5º desembolso: 09/11/2017 (desembolso nº 010)
- 6º desembolso: 22/12/2017 (desembolso nº 012)
- Data original de Desembolso final: 17/12/2018

Montante de Empréstimo:

- Montante Original: US\$ 18,000,000.00 (Dezoito milhões de dólares)
- Montante Atual: US\$ 15,211,000.00 (Quinze milhões duzentos e onze mil dólares, após o cancelamento de US\$ 2,789,000.00)
- Pari-Passu Ajustado: 55,90% BID e 44,10% Contrapartida

Desembolsos:

- Montante Atual: US\$ 5.586.363,10 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e três dólares e dez centavos)

Custo Total do Projeto – Ajustado: US\$ 27.211,000.00 (Vinte e sete milhões duzentos e onze mil dólares)

Houve Redirecionamento de Recursos: NÃO

Investimento de Combate a Pobreza/ Equidade Social: NÃO

Classificação Ambiental: NÃO SE APLICA

Em Estado de “Alerta” no País: NÃO

II. Introdução

O presente Relatório tem por objetivo apresentar o andamento das atividades realizadas no âmbito do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE, no período de 01/07/2017 a 31/12/2017 (considerando as metas e execuções cumulativas), em atendimento ao disposto no Contrato de Empréstimo 2919/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Este Relatório apresenta:

- a. O demonstrativo dos resultados alcançados;
- b. A descrição dos principais problemas ou dificuldades detectadas durante a execução, bem como indicação e avaliação das medidas corretivas e/ou preventivas adotadas no período, de forma a garantir o alcance dos objetivos propostos;
- c. Outras informações relevantes para o entendimento do andamento do Programa.

III. Progresso na Execução da Cooperação Técnica

a. Descrição da Cooperação Técnica

i. Objetivos de Desenvolvimento

O objetivo geral do Programa é contribuir para a consolidação da capacidade institucional do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (doravante CGU), visando ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos:

1. Aprimorar as competências internas da instituição e promover a capacitação e a disseminação de conhecimentos a todas as unidades da CGU;
2. Melhorar a interação da CGU com os gestores públicos federais;
3. Ampliar e qualificar as frentes de atuação da CGU em apoio à melhoria da gestão na administração pública.
4. Incrementar a transparência ativa dos gastos públicos nos diferentes níveis de governo;
5. Fortalecer as atividades de controle interno nos níveis de governo estadual e municipal.

ii. Componentes

O Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes:

I. Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU

O objetivo deste componente é apoiar a modernização e a melhoria do desempenho da CGU, a partir da adoção de boas práticas de gestão de pessoas e do uso intensivo de novos recursos tecnológicos em suas diversas áreas.

O componente financiará a contratação de serviços e a aquisição de bens que permitam:

- (i) Desenhar e implantar uma política de comunicação que promova maior integração e alinhamento institucional;
- (ii) Desenhar e implementar políticas de capacitação;
- (iii) Mapear e modelar os processos de auditoria e fiscalização, e incorporá-los ao sistema de gestão das ações de controle;
- (iv) Desenvolver uma metodologia de dimensionamento do impacto econômico das ações de controle;
- (v) Implantar o portal do Observatório da Despesa Pública;
- (vi) Implantar sistemas de gestão eletrônica de documentos e melhorar os processos de governança de TI; e
- (vii) Implantar um novo modelo de gestão de pessoal baseado na gestão de competências.

II. Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal

O objetivo deste componente é fortalecer a interação da CGU com os gestores públicos federais, com vistas a melhorar o controle dos próprios gestores sobre a gestão dos recursos públicos, a prevenção de irregularidades e a gestão de riscos da ação governamental.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços que permitirão:

- (i) Desenvolver e implantar num portal eletrônico dez módulos de serviços de apoio à gestão a serem utilizados pelos gestores públicos federais, com o intuito de lhes fornecer informação sobre as melhores práticas e recomendações sobre diversos aspectos relacionados à execução de suas competências;
- (ii) Elaborar e distribuir um guia contendo orientações para a conduta dos servidores públicos;
- (iii) Criar e implantar um portal de ética e de conflitos de interesses; e
- (iv) Desenvolver e validar um Modelo de Gestão de Riscos e apoiar tecnicamente sua implantação em cinco entidades da Administração Pública Federal.

III. Promoção da Transparência e do Controle Social

O objetivo deste componente é desenvolver mecanismos para a promoção da transparência no Governo Federal e para o fomento da participação da sociedade no controle da utilização dos recursos públicos.

Serão levadas a cabo as seguintes atividades:

- (i) Publicação e distribuição de material pedagógico e realização de seminários sobre controle social em nível nacional e estadual;
- (ii) Realização de eventos de capacitação presencial para organizações não governamentais e cidadãos;
- (iii) Desenvolver e administrar cursos à distância para organizações da sociedade civil e cidadãos; e
- (iv) Redesenho e aperfeiçoamento do Portal de Transparência administrado pela CGU para promover a transparência ativa do Governo Federal.

IV. Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais

O objetivo deste componente é ampliar a oferta de instrumentos de apoio aos Estados e Municípios para fortalecer a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O componente financiará a aquisição de bens e a contratação de serviços para:

- (i) Implantar portais de transparência nos governos subnacionais;
- (ii) Apoiar os municípios para a implementação e melhoria de suas unidades de controle interno;
- (iii) Constituir uma comunidade de prática para a divulgação de conhecimento relacionado com a integridade e a gestão de recursos;
- (iv) Distribuir publicações técnicas de apoio promovendo capacitação das administrações dos governos subnacionais;
- (v) Realizar seminários de controle interno em nível nacional e subnacional;
- (vi) Desenvolver e ministrar cursos a distância aos gestores das entidades subnacionais; e
- (vii) Apoiar os governos subnacionais tendo em vista a implementação de versões do Observatório da Despesa Pública (ODP).

IV. Resultados

a. Efeitos Diretos

Os indicadores do programa foram coletados após o encerramento do 2º semestre de 2017 junto às unidades beneficiárias do Programa.

Destaca-se que foram cumpridas as considerações da Equipe de Auditoria sobre o Cumprimento das Recomendações relativas à auditoria (período 1º/1/2015 a 31/12/2015), conforme transcrição abaixo:

“B) Avaliar a oportunidade e conveniência de que sejam inseridas notas explicativas nos futuros Relatórios Semestrais de Progresso, sempre que houver variação significativa entre a previsão de alteração dos indicadores e os resultados efetivamente apurados, de forma a tentar evidenciar as possíveis causas para distorções eventualmente identificadas”.

Dessa forma, foram inseridas nos quadros abaixo as devidas justificativas apresentadas pelas unidades beneficiárias em relação aos indicadores, assim como as referências aos documentos elaborados, conforme processo SEI nº 00190.106327/2016-70.

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)			
Objetivo de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos		
	Efeitos Diretos Planejados (ano 4 - 2017)	Efeitos Diretos Obtidos (ano 4 - 2017):	Referência
Nº da Cooperação Técnica: BR-L1223	Percentual de recomendações com prazo inicial de cumprimento nos últimos dois anos implementados. Meta: (31)	Obtido: (27)	NOTA TÉCNICA Nº 266/2018/DC/SFC (SEI Nº 0615989)
	Índice de clima organizacional Meta: (1,9)	Obtido: (2,23)	NOTA TÉCNICA Nº 338/2018/DGI/SE(SEI Nº 0628023) E DOCUMENTO SEI 0625111
	Índice de retrabalho - Média de revisões por ação de controle (Menor Melhor). Meta: (0,4)	Obtido: (0,35)	NOTA TÉCNICA Nº 266/2018/DC/SFC (SEI Nº 0615989)
	Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia CobiT Meta: (2)	Obtido: (2)	NOTA TÉCNICA Nº 359/2018/DTI/SE (SEI Nº 0624563).
	Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU, em Bilhões. Meta: (2,75)	Obtido: (4,6) Decorrente da publicação da Portaria CGU nº 1.276/2017, houve a necessidade de aprimorar a sistemática de quantificação e registro dos benefícios contabilizados e dos prejuízos identificados decorrentes das atividades de auditoria interna governamental, resultando na publicação da Portaria SFC nº nº 1.410, de 28 de junho de 2017.	NOTA TÉCNICA Nº 266/2018/DC/SFC (SEI Nº 0615989)

Percentual de gestores que consideram a atuação da Controladoria Geral da União relevante para seu trabalho Meta: (55)	Obtido: (94)	NOTA TÉCNICA Nº 266/2018/DC/SFC (SEI Nº 0615989)
Quantidade de Ouvidoria Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov Meta: (50)	Obtido: (294)	NOTA TÉCNICA Nº 339/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0622532).
Quantidade de acessos ao Portal do Cidadão Meta: (30)	Obtido: O indicador será descontinuado, uma vez que será também descontinuado o respectivo Produto: C3.P7 (STPC) – Portal do cidadão.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU
Quantidade de acessos ao Portal de Transparência (STPC), em milhares. Meta: (1050)	Obtido: 1.784,01. O indicador apresenta um crescimento acumulado, de 2014 a 2017, de cerca de 47% e houve uma estabilização do indicador de 2016 a 2017. O indicador apresentou crescimento superior ao previsto.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
Unidades Federativas (UFs) com Lei de Acesso a Informação (LAI) regulamentada (STPC) Meta: (27)	Obtido: (27)	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
Percentual de municípios de mais de 100.000 habitantes com regulamentação da LAI implementada (STPC) Meta: (40)	Obtido: (62)	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
Reformulação. [N] N/A		
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento / Classificação (OD):		
[] Muito Provável(MP) [x] Provável (P) [] Pouco Provável (LP) [] Improvável (I)		
Em que pesem as restrições orçamentárias e a heterogeneidade das aquisições, a Coordenação Geral do PROPREVINE adotando o gerenciamento de riscos vem conseguindo priorizar as aquisições que contribuem diretamente para os indicadores e para as metas físicas dos produtos.		

b. Externalidades ocorridas no exercício 2017

4.1. Positivas:

- Adoção integral do processo digital nas aquisições por meio do SEI.

4.2. Negativas:

- Restrição orçamentária ocasionada por meio do Decreto de contingenciamento nº 8.961/2017;
- Rotatividade de alguns dirigentes da instituição.

c. **Produtos**

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)			
Componentes (“Outputs”):	Indicadores Chaves de Produto:		
	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 4 – 2017):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 4 - 2017):	Referência
<p>1) Componente I: Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU</p> <p>Custo total: US\$ 16,507,500.00 - Contraparte: US\$ 7,370,000.00 - BID: US\$ 9,137,500.00</p> <p>Despesas realizadas (acumulado):</p> <p>Fonte Contrapartida: US\$ 2.966.106,72 (40,25%)</p> <p>Fonte BID: US\$ 3.900.601,41 (42,69%)</p>	C1.P1 (ASCOM) - Proposta de política de comunicação. Meta Acumulada: 1 (uma)	0 (zero)	Não houve manifestação.
	C1.P2 (CRG) – Reestruturação de salas de videoconferência. Meta Acumulada: 4 (quatro) salas reestruturadas.	5 (cinco) salas reestruturadas.	NOTA TÉCNICA Nº 1263/2017/CGPAC/CRG (SEI Nº 0417760)
	C1.P3 (DGI) – Proposta de modelo de gestão de pessoas. Meta Acumulada: 1 (um).	1 (um). A execução da meta foi antecipada. O relatório Final de Mapeamento de Competências, foi concluído.	NOTA TÉCNICA Nº 1403/2017/GAB CGDOC/CGDOC/CGLCD/DGI/SE (SEI Nº 0433676)
	C1.P4 (DGI) – Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas e Gestão Administrativa implantado. Meta Acumulada: 1 (um).	1 (um). A execução da meta foi antecipada.	NOTA TÉCNICA Nº 1403/2017/GAB CGDOC/CGDOC/CGLCD/DGI/SE (SEI Nº 0433676)
	C1.P5 (DGI) – Proposta de metodologia para Elaboração de Instrumentos de Gestão Documental Arquivística. Meta Acumulada: 1 (uma) Metodologia implantada e validada.	1 (uma). Metodologia entregue.	NOTA TÉCNICA Nº 1403/2017/GAB CGDOC/CGDOC/CGLCD/DGI/SE (SEI Nº 0433676)
	C1.P6 (DIE) – Núcleos de especialização. Meta Acumulada: 1 (um).	01 Núcleo criado.	NOTA TÉCNICA Nº 180/2018/GP/DIE/DIE/GM (SEI Nº 0604943).
	C1.P7 (DIE) – Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE. Meta Acumulada: 4 operações de inteligência realizadas.	01 (uma) operação realizada e 04 (quatro) acumuladas em 2017.	NOTA TÉCNICA Nº 180/2018/GP/DIE/DIE/GM (SEI Nº 0604943).
	C1.P9 (DTI) – Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônico de documentos. Meta Acumulada: 95 unidades.	95 Unidades atingidas.	NOTA TÉCNICA Nº 359/2018/DTI/SE (SEI Nº 0624563).
	C1.P10 (DTI) – Processos de Governança de TI revisados e internalizados. Meta Acumulada: 7 (sete).	Foram implementados 7 processos de Governança de TI, mas ainda não foi realizada a mensuração para avaliar se eles encontram no nível de maturidade 3 do COBIT.	NOTA TÉCNICA Nº 359/2018/DTI/SE (SEI Nº 0624563).
	C1.P12 (OGU) – Solução de automação para coleta e agregação de dados na área da Ouvidoria . Meta	01 (um) relatório realizado.	NOTA TÉCNICA Nº 1445/2017/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0440562).

	Acumulada: 1 relatório com a solução realizada.		
	C1.P13 (CGU) – Processos da Controladoria-Geral da União mapeados e remodelados. Meta Acumulada: 32 (trinta e dois).	55 (cinquenta e cinco processos)	NOTA TÉCNICA Nº 359/2018/DTI/SE (SEI Nº 0624563). NOTA TÉCNICA Nº 255/2017/CODIN/DIPLAD/SE SEI Nº 0242739).
	C1.P14: Metodologia de dimensionamento do impacto econômico de ações de controle aprimorada (SFC).	Foi solicitado o cancelamento do produto e dos recursos vinculados.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU
	C1.P15 (SFC) – Processos incorporados ao sistema de gestão das ações de controle. Meta Acumulada: 9 (nove).	03 (três) processos no segundo semestre 2017 e 08 (oito) acumulado.	NOTA TÉCNICA Nº 266/2018/DC/SFC (SEI Nº 0615989)

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes (“Outputs”):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>		
	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 4 – 2017):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 4 - 2017):	Referência
2) Componente II. - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal Custo total: US\$ 4,845,833.33 - Contraparte: US\$ 2,073,000.00 - BID: US\$ 2,772,833,33 Despesas realizadas: Fonte Contraparte: US\$ 378.156,56 (18,24%) Fonte BID: US\$ 351.816,94 (12,69%)	C2.P1 (CRG). Cursos de Capacitação em procedimentos disciplinares. Meta Acumulada: 4.000 (quatro mil) servidores capacitados	Obtido: 2.597 em 2017. Acumulado: 5.998	NOTA TÉCNICA Nº 300/2018/CGPAC/CRG (SEI Nº 0417760)
	C2.P2 (OGU) – Sistema integrado OGU – demais Ouvidorias. Meta Acumulada: 1 sistema implantado	01 (um) sistema implantado.	NOTA TÉCNICA Nº 1445/2017/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0440562).
	C2.P3 (OGU) – Kits de apoio às atividades das ouvidorias. Meta Acumulada: 26 (vinte e seis) kits entregues	Foi solicitado o cancelamento do produto e dos recursos vinculados.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU
	C2.P4 (OGU) – Portal Ouvidorias.gov e sistema de ouvidoria web. Meta Acumulada: 1 (um).	01 (Portal Implantado)	NOTA TÉCNICA Nº 1445/2017/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0440562).
	C2.P5 (OGU) – Cursos de capacitação em Ouvidoria. Meta Acumulada: 51 (cinquenta e um) cursos realizados	41 (quarenta e um) cursos realizados em 2017. Acumulado de 97.	NOTA TÉCNICA Nº 339/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0622532).
	C2.P6 (OGU) – Publicações da OGU. Meta Acumulada: 6 (seis) publicações produzidas	03 publicações produzidas em 2017. Acumulado: 08 (oito)	NOTA TÉCNICA Nº 339/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0622532).
	C2.P7 (SFC) – Módulos de serviços da CGU para os Gestores implantados no Portal. Meta Acumulada: 03 (três).	Devido à restrição orçamentária/financeira ocorrida em 2017 aliado ao alto risco de entrega de sistema não adequado às necessidades da SFC, a CGU	NOTA TÉCNICA Nº 266/2018/DC/SFC (SEI Nº 0615989)

		optou por desenvolver internamente o referido sistema. Desse modo, não houve alocação direta de recursos do Proprevine para o desenvolvimento do sistema informatizado que registrará todas as fases do processo de auditoria.	
	C2.P8: Plataforma de Gestão de Riscos da Administração Pública Federal (SFC). Meta Acumulada: 0 (zero).	Foi solicitado o cancelamento do produto e dos recursos vinculados.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU
	C2.P9 (STPC) – Sistema de conflito de interesses. Meta Acumulada: 01 (um).	Realizado: 1 (um). Acesso implementado em 2016.	NOTA TÉCNICA Nº 1413/2017/STPC (SEI Nº 0434545)
	C2.P10 (STPC) - Proposta de avaliação de integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Meta Acumulada: 1 (uma)	Proposta implementada.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
	C2.P11 (CRG) – Encontro de Corregedorias. Meta Acumulada: 1 (um) encontro realizado	1 (um) encontro realizado.	NOTA TÉCNICA Nº 1263/2017/CGPAC/CRG (SEI Nº 0417760)
	C2.P12 (CRG) – Campanha para divulgação do papel dos órgãos públicos com relação à Lei de Responsabilização de Pessoa Jurídica. Meta Acumulada: 02 (dois).	01 (uma) campanha realizada em 2016 e 01 (uma em 2017, totalizando 02 (duas).	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
	C2.P13 (CRG) – Kits da Corregedoria entregue nas Regionais da Controladoria-Geral da União. Meta Acumulada: 750 (setecentos e cinquenta) kits entregues.	698 (seiscentos e noventa e oito) kits entregues até 2016. 0 em 2017.	NOTAS TÉCNICAS Nº 1263/2017/CGPAC/CRG 280/2018/CGPAC/CRG (SEI Nº 0417760 E 0617130)

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes (“Outputs”):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>		
	<u>Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 4 – 2017):</u>	<u>Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 4 - 2017):</u>	<u>Referência</u>
3) Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social Custo total: US\$ 3,250,000.00 - Contraparte: US\$ 1,676,000.00 - BID: US\$ 1,574,000.00 Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 564.467,35 (33,68 %) Fonte BID: US\$ 618.503,70 (39,30%)	C3.P1 (OGU) – Estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação. Meta Acumulada: 4 (quatro) estudos sobre implementação das instâncias recursais e efetividade da Lei de Acesso a Informação	3 estudos realizados em 2017. Acumulado de 5.	NOTA TÉCNICA Nº 339/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0622532).
	C3.P2 (OGU) – Terminais de recebimento de manifestações de ouvidoria	Foi solicitado o cancelamento do produto e dos recursos vinculados.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU

	C3.P3 (STPC) - Proposta de política de aprofundamento, avaliação e monitoramento da Lei de Acesso à Informação. Meta Acumulada 1 (uma)	Elaboração em andamento com 80% alcançado.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
	C3.P4 (STPC) - Cursos de Ensino a distância em transparência controle social (EaD). Meta Acumulada 7 (sete).	1 (um). Em razão do contingenciamento de recursos da CGU foi desenvolvido um curso no âmbito do Programa Um Por Todos. O curso atualmente está sendo ofertado pela plataforma da ENAP.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
	C3.P5 (STPC) – Modelo de gestão e atuação do Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto. Meta Acumulada: 1 (um) conjunto de conteúdos e ferramentas disponíveis no site institucional	1 (um) conjunto disponível em 2016.	NOTA TÉCNICA Nº 1413/2017/STPC (SEI Nº 0434545)
	C3.P6 (STPC) – Novo Portal da Transparência. Meta Acumulada: 1 (um) Acesso ao portal disponível.	80% já concluído. A nova entrega tem previsão de conclusão para o ano 5 (2018). Houve alteração nos requisitos que impactaram a execução, devido à necessidade de adaptação e ajuste aos novos padrões e configurações.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
	C3.P7 (STPC) - Portal do cidadão	Foi solicitado o cancelamento do produto e dos recursos vinculados.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes (“Outputs”):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>		
	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 4 – 2017):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 4 - 2017):	Referência
4) Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais Custo total: US\$ 2,196,666.67 - Contraparte US\$ 881,000.00 - BID: US\$ 1,315,666.67 Despesas realizadas: Fonte Contrapartida: US\$ 60.266,32 (6,84%) Fonte BID: US\$ 47.764,26 (3,63%)	C4.P1 (DIE) – Unidades ODP estaduais instaladas. Meta Acumulada: 04 unidades de ODP instaladas.	12 (doze) Unidades ODP estaduais instaladas até 2017.	NOTA TÉCNICA Nº 180/2018/GP/DIE/DIE/GM (SEI Nº 0604943).
	C4.P2 (OGU) – Kits de apoio às atividades das Regionais da Controladoria-Geral da União. Meta Acumulada: 26 (vinte e seis).	28 (vinte e oito)	NOTA TÉCNICA Nº 339/2018/OGU GAB/OGU (SEI Nº 0622532).
	C4.P3 (STPC) – Cursos para gestores dos entes subnacionais. Meta Acumulada: 7 (sete) Cursos disponibilizados em plataforma de ensino à distância.	01 (um). Meta prejudicada devido ao contingenciamento de recursos do Orçamento da CGU.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)
	C4.P4 (STPC) - Sistema do Mapa Interativo Social do	50% do produto já foi desenvolvido com previsão de conclusão em 2018.	NOTA TÉCNICA Nº 280/2018/STPC (SEI Nº 0617130)

	Brasil Transparente. Meta Acumulada 1 (um).		
	C4.P5 (STPC) – Sistema de gestão de ações de prevenção. Meta Acumulada: Ferramenta implantada e disponível para acesso pelo corpo técnico da CGU mediante intranet institucional.	Foi solicitado o cancelamento do produto e dos recursos vinculados.	Ofício nº 9935/2017/DIPLAD/SE-CGU e Ofício nº 9942/2017/DIPLAD/SE-CGU
	C4.P6 (CRG) – Cursos para gestores estaduais e municipais na Lei Anticorrupção. Meta Acumulada: 20 (vinte) cursos realizados.	14 (catorze) cursos realizados em 2017. Acumulado 28 (vinte e oito).	NOTA TÉCNICA Nº 300/2018/CGPAC/CRG (SEI Nº 0417760)

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes (“Outputs”):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>	
5) Componente V - Gestão do Projeto Custo total: US\$ 296,000.00 -Contraparte: US\$ 0.00 -BID: US\$ 296,000.00 Despesas realizadas: Fonte BID:US\$ 274,326.15 (92,68%)	Efeitos Diretos Planejados (acumulado ano 4 – 2017):	Efeitos Diretos Obtidos (acumulado ano 4 - 2017):
	Aquisição de Ferramentas de gestão de portfólios/projetos	Concluído.
	Transferências de conhecimento da Ferramenta de gestão de portfólios/projetos	Concluído.

PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

<u>Componentes (“Outputs”):</u>	<u>Indicadores Chaves de Produto:</u>	
6) Avaliações Custo total: US\$ 115,000.00 - Contraparte: US\$ 0.00 - BID: US\$ 15.423,31 Despesas realizadas: Fonte BID: 13,41%	Produtos Planejados (Relatórios):	Produtos Obtidos
	Avaliação Intermediária	Avaliação intermediária realizada.
	Avaliação Final	Avaliação Final – 90 dias a partir da data em que tiveram sido comprometidos 90% dos recursos do empréstimo.

d. Custos do Projeto

i) Planejado

O custo total do Programa foi estimado em US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares), sendo US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 12,000,000.00 (doze milhões de dólares) de aporte local.

Todavia, em face dos constantes contingenciamentos de recursos que o Programa enfrentava, foi solicitado o cancelamento de recursos não utilizados e cujos produtos não foram iniciados. Esse montante de recursos cancelados totalizou US\$ 2,789,000.00 (Dois milhões setecentos e oitenta e nove mil dólares).

Logo, o custo total do Programa atualizado é de US\$ 27,211,000,00 (Vinte e sete milhões, duzentos e onze mil dólares), sendo US\$ 15,211,000.00 (Quinze milhões duzentos e onze mil dólares) de recursos externos (BID) e US\$ 12,000,000,00 (Doze milhões de dólares) de aporte local (inalterado).

A distribuição Pari-Passu ajustada ficou assim: 55,90% BID e 44,10% Contrapartida e a distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

			US\$
Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I - Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	9,137,500.00	7,370,000.00	16,507.500.00
Componente II - Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	2,772,833,33	2,073,000.00	4.845.833,33
Componente III - Promoção da Transparência e do Controle Social	1,574,000.00	1,676,000.00	3.250,000.00
Componente IV - Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	1,315,666.67	881,000.00	2,196.666,67
Gestão do Projeto	296,000.00	0.00	296,000.00
Avaliações	115,000.00	0.00	115,000.00
TOTAIS	15,211,000.00	12,000,000.00	27,211,000.00
	55,90%	44,10%	100%

ii) Realizado

Em relação à execução do PROPREVINE, no período que corresponde a 17/12/2013 a 31/12/2017, foi realizado um percentual de 33,73% (trinta e três vírgula setenta e três por cento) do total dos recursos.

			US\$
Componentes	Banco	Aporte Local	Total
Componente I – Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU	3.900.601,41	2.966.106,72	6.866.708,13
Componente II – Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal	351.816,94	378.156,56	729.973,50
Componente III – Promoção da Transparência e do Controle Social	618.503,70	564.467,35	1.182.971,05
Componente IV – Fortalecimento da Transparência e dos Sistemas de Controle Interno nos Governos Subnacionais	47.764,26	60.266,32	108.030,58
Gestão do Projeto	274.326,15	0,00	274.326,15
Avaliações	15.423,31	0,00	15.423,31
TOTAIS	5.208.435,77	3.968.996,95	9.177.432,72
Percentuais em relação a US\$ 15,211,000.00 e 12,000,000.00	34,24%	33,07%	33,73%

V. Implementação do Programa

A fase de implementação inicial foi superada, estando o programa no final de seu quarto ano de execução.

VI. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos para sustentabilidade das ações a serem desenvolvidas

A instituição pode endereçar os fatores críticos ao fortalecer sua capacidade operacional para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes:

- (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações bem-sucedidas e ampliar sua capacidade responsiva;
- (ii) Criação de novas frentes de atuação, aperfeiçoando os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.

b. Riscos Potenciais

- Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
- Realocação da mão-de-obra alocada ao projeto;
- Variação cambial.

VII. Lições Aprendidas

1. O planejamento das aquisições e contratações deve ser realizado com antecedência, para que não haja atraso na aprovação do Plano de Aquisições.
2. O gerenciamento de riscos nas aquisições é primordial para garantir o sucesso do PROPREVINE. Nesse sentido, a formalização da gestão de riscos que já vinha sendo feita em 2016 (Portaria 2.418 de 21 de dezembro de 2016 no D.O.U. e Plano de Gerenciamento de Riscos do PROPREVINE – 2017 em 23 de dezembro de 2016) está sendo peça fundamental nesse processo.

VIII. Cumprimento das Obrigações Contratuais

<u>Requisito Contratual</u>	<u>Objeto</u>	<u>Documento de Apresentação</u>	<u>Periodicidade</u>	<u>Data Aprovação BID</u>
Cláusula 1.06 (b) – Juros, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	4ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 1.08 – Comissão de Crédito, das Disposições Especiais.	Pagamento semestral	5ª Parcela: Junho 2016 – Responsabilidade STN.	Semestral	
Cláusula 4.02 Principais competências do CEE	(ii)- Revisão e aprovação do POA, PA e dos relatórios semestrais.	O POA e PA 2106, encaminhado ao BID em 15/04/2016, por intermédio do Ofício nº 2.970/2016/DIPLAD//SE/CGU-BR.	Anual	CBR – 1848/2016, de 03/05/2016
Cláusula 5.03 - Demonstrações Financeiras, das Disposições Especiais.	Apresentar os demonstrativos até 30/04/2016	Ofício nº 3411/2016/DIPLAD/SE/CGU de 28/04/2015: Encaminha Relatório de Auditoria do TCU e Notas Explicativas.	Anual	CBR – 2955/2016, de 19/07/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2015) – até 31/07/2015.	Ofício nº 20.282/2015/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 28/08/2015.	Semestral	CBR – 3309/2015, de 25/09/2015
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2015) – até 28/02/2016.	Ofício nº 6.418/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 12/02/2016.	Semestral	CBR – 1147/2016, de 24/03/2016
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2016	Ofício nº 5.079/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 18/01/2016.	Anual	CBR – 406/2016, de 29/01/2016
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2016) – até 31/07/2016.	Ofício nº 15.464/2016/DIPLAD/SE/CGU-PR, de 29/06/2016.	Semestral	CBR – 4103/2016, de 10/10/2016
Artigo 7.04 (b) – Demonstração de recursos, das Normas Gerais.	Apresentar a LOA – exercício 2017	Ofício nº 6898/2017/COPAV/DIPLAD/SE/CGU, de 26/04/2017.	Anual	CBR – 1503/2017, de 11/05/2017
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (2º semestre de 2016) – até 28/02/2017.	Ofício nº 3326/2017/DIPLAD/SE/CGU, de 24/02/2017.	Semestral	CBR – 1493/2017, de 10/05/2017
Artigo 8.03 – Relatório, das Normas Gerais.	Relatório de Progresso (1º semestre de 2017) – até 31/07/2017.	Ofício nº 14977/2017/COPAV/DIPLAD/SE/CGU	Semestral	CBR – 3328/2017, de 26/09/2017

Aprovação do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE)

Conforme previsto no art. 3º, inciso III, da Portaria CGU nº 1.309/2013, este Relatório de Progresso (2º semestre de 2017) foi apresentado e aprovado pelos membros do Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) listados abaixo:

Brasília, de fevereiro de 2018.

José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Executivo Substituto

Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretário Federal de Controle Interno

Otávio Moreira de Castro Neves

Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção - Substituto

Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega

Corregedor-Geral da União

Gilberto Waller Júnior

Ouvidor-Geral da União

Walter Luís Araújo da Cunha

Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Coordenador-Geral do PROPREVINE

Sérgio Akutagawa

Diretor de Gestão Interna

Henrique Aparecido da Rocha

Diretor de Sistemas e Informação

Victor Raymond Steytler

Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas

Guilherme Guimarães Fortuna

Chefe da Assessoria de Comunicação Social